

Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MERO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO 1º CAO
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 23 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2599/2017.

Interessado: 4ª Vara Federal/Seção Judiciária de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Proc. nº 0003466-91.2014.4.5.8000).

Despacho: Acolho o parecer da douda Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 57ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 4293/2017.

Interessado: Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da douda Assessoria Técnica, com a seguinte ementa: "Peças de informação. Recomendação nº 04/GNK/PRAL/2017. Segurança Pública. Controle externo. Incidência do art. 6º, §5º, da Lei Complementar nº 015/96. Pela remessa à 62ª Promotoria de Justiça da Capital, com cópia ao GECOC".

Proc: 4296/2017

Interessado: Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho a manifestação da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - Asplage, razão pela qual aprovo o Projeto Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, idealizado pela Dra. Martha Bueno Marques de Pinto, Promotora de Justiça de Pão de Açúcar. Remetam-se ao autos à Asplage para as medidas ulteriores.

Proc: 4335/2017.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Oficie-se ao interessado informando a impossibilidade momentânea de atender o pedido, bem como as medidas adotadas em relação ao concurso para provimento de cargos. Em seguida, permaneçam os autos sobrestados na DP.

Proc: 4469/2017

Interessado: Asplage.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Arquive-se na Asplage.

Proc: 4504/2017

Interessado: Prefeitura Municipal de Matriz de Camaragibe.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se ao Proc. PGJ nº 900/2017. Em seguida, ao setor de elaboração de contratos.

Proc: 4531/2017.

Interessado: Dr. José Artur Melo, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 23 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3258/2016.

Interessado: Maria José Lins Verçoza.

Assunto: Denúncia.

Despacho: Renove-se o ofício de fl. 45.

Proc: 4246/2017.

Interessado: Dra. Adriana Maria de Vasconcelos Feijó, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Considerando a edição e respectiva publicação da Portaria PGJ nº 1.141/2017, determino o arquivamento deste procedimento administrativo.

Proc: 4472/2017.

Interessado: 14ª Promotoria de Justiça de Capital.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4490/2017.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, arquite-se.

Proc. SAJMP nº 06.2017.00000081-1.

Interessado: 62ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douda Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital.

Proc. SAJMP nº 06.2017.00000262-6.

Interessado: 62ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douda Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital.

Proc. SAJMP nº 06.2017.00000283-1.

Interessado: 62ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douda Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 42ª Promotoria de Justiça da Capital.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 23 de novembro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 1166, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. MÁRCIO JOSÉ DÓRIA DA CUNHA, Promotor de Justiça de Taquarana, de 1ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de Anadia, até ulterior deliberação, revogando-se as Portarias PGJ nºs 1128, de 27 de dezembro de 2016 e 1115, de 1º de novembro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1167, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. LUIZ ALBERTO DE HOLANDA PAES PINTO, Promotor de Justiça de Maravilha, de 1ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, até ulterior deliberação, revogando-se a Portaria PGJ nº 1117, de 1º de novembro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1168, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 239, de 6 de fevereiro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1169, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. PAULO BARBOSA DE ALMEIDA FILHO, Promotor de Justiça de Joaquim Gomes, de 1ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de Colônia de Leopoldina, até ulterior deliberação, revogando-se a Portaria PGJ nº 914, de 9 de agosto de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1170, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 675, de 30 de maio de 2012.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1171, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 41, de 5 de janeiro de 2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1172, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 229, de 11 de março de 2013.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1173, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 1099, de 24 de outubro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1174, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 79, de 22 de janeiro de 2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1175, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 1144, de 14 de novembro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1176, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ nº 291, de 30 de março de 2009.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 1177, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ n° 344, de 3 de março de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 1178, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ n° 1130, de 27 de dezembro de 2016.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 1179, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ n° 517, de 2 de junho de 2014.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 1180, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE revogar a Portaria PGJ n° 1137, de 10 de novembro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

AVISO N° 6/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, informa que em razão do contrato firmado com o Banco Itaú, vencedor da licitação para gerenciamento da folha de pagamento, todos os membros e servidores (ativos e inativos), estagiários, militares e quem recebe pensão alimentícia devem necessariamente abrir uma conta no Banco Itaú.

Para aqueles que ainda não providenciaram a abertura da conta será necessário comparecer a uma agência do Itaú portando cópias do comprovante de identidade

e CPF ou CNH, comprovante de residência atualizado e o último contracheque ou comprovante de renda.

Para quem desejar aderir a portabilidade será necessário informar o banco e a conta em que deseja receber seus vencimentos.

O número da conta do Itaú deverá ser informado à Diretoria Pessoal para inclusão na folha.

Por fim, informa que o processamento da folha pelo Itaú iniciará em janeiro de 2018 e tal providência deve ser adotada para não correr o risco ficar sem receber no dia correto.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 21 de novembro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO CONTRATO N° 43/2017

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: COPPINI & CIA LTDA - ME (CNPJ n° 08.729.009/0001-40).

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Sistema para Cálculo de Aposentadoria e Pensões – assinatura anual de acesso ao sistema SICAP - WEB, para uso exclusivo do CONTRATANTE, conforme disposições constantes no processo n° PGJ/AL-2979/2017.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação, exegese do art. 25, inciso I, da Lei n° 8.666/93, com o arrimo da ratificação da inexigibilidade publicada no DOE/AL em 08/09/2017, conforme processo n° PGJ/AL-2979/2017, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente.

DO VALOR: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039-01 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica – assinatura de periódicos e anuidades.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas. DATA DA ASSINATURA: 9 de novembro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Moacir Coppini (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2017

PROCESSO N° 2173/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/PGJ/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: JOÃO PAULO DE AQUINO ROCHA (CNPJ n° 23.028.759/0001-88).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de peças de equipamentos de informática, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Especificações mínimas	Marca	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Memória RAM – Tipo 3 Características Gerais: Compatível com Notebook; Módulo: PC3-12800; Padrão: DDR3-1600; Formato: DDR3; Frequência: 1600 Mhz; Capacidade: 4 GB. Garantia: O material utilizado deverá possuir garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses.	Markvision	Unidade	50	R\$ 195,96	R\$ 9.798,00

VIGÊNCIA: A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 14 de novembro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Taric Fonseca Batista (Representante legal do Fornecedor).

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 23/2015

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: ELEMAC ELEVADORES LTDA (CNPJ n° 04.722.126/0001-20).

DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de conservação e manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, de 02 (dois) elevadores da marca Sur, instalados no prédio-sede da Procuradoria Geral de

Justiça do Estado de Alagoas, n° 23/2015, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 25 de novembro de 2017 até 24 de novembro de 2018, face aplicação do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, conforme disposições constantes no processo n° PGJ/AL-3685/2017.

DO VALOR: Valor mensal do contrato é de R\$ 1.868,33 (um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos); o valor total: R\$ 22.419,96 (vinte e dois mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 17 de novembro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça em exercício); Fernando Antonio Porto Gusmão (Representante legal da Contratada).

Corregedoria-Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 02.2017.00003658-7.

Interessado: Procuradora de Justiça do Estado do Tocantins-TO.

Natureza: Protocolo Unificado.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho a manifestação da Douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, a qual passa a integrar a presente Decisão, determinando à Secretaria que oficie à Interessada, informando que no Ministério Público de Estado de Alagoas não há norma interna que estabeleça parâmetros e sanções em relação às diretrizes dispostas na Recomendação CN – CNMP nº 01/2016, sobretudo, a respeito do uso das redes sociais por Membros do MP, procedendo o posterior arquivamento dos autos no âmbito desta CGMP/AL. Publique-se. Após archive-se. Maceió, 31 de outubro de 2017.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Corregedor-Geral

Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2017

Aos 16(dezesseis) dias do mês de novembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 10:00 horas, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria Geral de Justiça, compareceram, para realização da 34ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral Administrativo Institucional), Lean Antônio Ferreira de Araújo, Valter José de Omena Acioly, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino e Luiz Barbosa Caruaíba, sob a presidência do primeiro. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Alfredo Gaspar de Mendonça Neto e Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 33ª reunião ordinária de 2017, a qual, após aperfeiçoamento, resultou aprovada. Em seguida, passou-se à análise dos processos para conhecimento: 1. Cadastro nº: 022017000022616. Origem: Ministério Público Federal. Assunto: Possível prática de ato de improbidade administrativa. 2. Cadastro nº: 062017000010042. Origem: 2ª PJ de Coruripe. Assunto: Saúde. 3. Cadastro nº: 052017000035377. Referente ao processo nº: 062017000010686. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Assunto: Hospitais e Outras Unidades de Saúde. 4. Cadastro nº: 052017000035388. Referente ao processo nº: 062017000010720. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Conselhos Penitenciários. 5. Cadastro nº: 052017000035400. Referente ao processo nº: 092017000009646. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. 6. Cadastro nº: 022017000042890. Origem: 1ª PJ de marechal Deodoro. Assunto: Instauração de PIC. 7. Cadastro nº: 022017000042901. Origem: 2ª PJ de São Miguel dos Campos. Assunto: Instauração de Procedimento Administrativo Preparatório. 8. Cadastro nº: 022017000042945. Origem: 2ª PJ de São Miguel dos Campos. Assunto: Instauração de Procedimento Administrativo Preparatório. 9. Cadastro nº: 022017000043033. Origem: 2ª PJ de São Miguel dos Campos. Assunto: Instauração de ICP. 10. Cadastro nº: 052017000036021. Referente ao processo nº: 092017000009680. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Recursos Hídricos. 11. Cadastro nº: 022017000043533. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas. Assunto: Relatório de Correição Extraordinária na PJ de Muriç. 12. Cadastro nº: 022017000043744. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas. Assunto: Relatório de Correição Ordinária na 28ª PJ da Capital. Não houve manifestação dos Conselheiros presentes acerca dos expedientes acima listados. O Senhor Presidente, pela ordem, levou ao conhecimento do colegiado a necessidade de apresentar em mesa a DISCUSSÃO SOBRE A FORMA DE PROVIMENTO DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, DE 2ª ENTRÂNCIA. Após esclarecimentos da Secretaria do CSMP, restou deliberado pelo colegiado, à unanimidade, que a forma de provimento de promoção será pelo critério de merecimento, autorizando-se a publicação do respectivo edital na Imprensa Oficial do Estado. Após, passou-se a DISCUSSÃO SOBRE A FORMA DE PROVIMENTO DA 14ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL, DE 3ª ENTRÂNCIA. Após esclarecimentos da Secretaria do CSMP, restou deliberado pelo colegiado, à unanimidade, que a forma de provimento de promoção será pelo critério de antiguidade, autorizando-se a publicação do respectivo edital na Imprensa Oficial do Estado. Dando continuidade, passou-se DISCUSSÃO SOBRE A FORMA DE PROVIMENTO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAPELA, DE 2ª ENTRÂNCIA. Após esclarecimentos da Secretaria do CSMP, restou deliberado pelo colegiado, à unanimidade, que a forma de provimento de promoção será pelo

critério de antiguidade, autorizando-se a publicação do respectivo edital na Imprensa Oficial do Estado. Ato contínuo, passou-se a apreciar os processos para deliberação em reexame de promoção de arquivamento. Pela ordem, o Conselheiro Valter José de Omena Acioly, Ouvidor-Geral do MP, informou aos demais Conselheiros que, devido a modificação da legislação, não irá de afastar do CSMP, passando a atuar conjuntamente na Ouvidoria-Geral do Ministério Público e no CSMP, sendo parabenizado pelo colegiado pela sua posição, visto que seu posicionamento tem amparo legal. 1. Proc. PGJ/AL 4298/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Retorno de Vista do Conselheiro Dilmar Lopes Camerino. Proclamado o resultado: PEDIDO DE VISTA DO CONSELHEIRO LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO. 2. Proc. PGJ/AL 4283/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Retorno de Vista do Conselheiro Dilmar Lopes Camerino. Proclamado o resultado: PEDIDO DE VISTA DO CONSELHEIRO LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO. 3. PAP 001/2012. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Irregularidades na Câmara Municipal de Arapiraca. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Proclamado o resultado: RETIRADO DE PAUTA. Na fase de comunicações, o Presidente prestou suas congratulações ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, pela Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro da Fonseca, recebida como título de reconhecimento pelos serviços prestados ao Estado de Alagoas e ao Ministério Público, determinando que a Secretaria do CSMP encaminhasse ofício ao Procurador-Geral de Justiça parabenizando-o pela honraria recebida, sendo acompanhado pelos demais Conselheiros. O Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo comunicou que em breve terá a eleição do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público, e que a eleição terá chapa única, sendo a Presidência do Conselho ocupada pelo Estado de Alagoas no exercício 2018, agradecendo o apoio recebido de toda a administração do Ministério Público de Alagoas, principalmente ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, e ao Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. O Presidente parabenizou o Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo pela eleição para o honroso cargo de Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público, desejando-lhe sorte e sucesso na nova missão. O Conselheiro Antiógenes Marques de Lira comunicou que não poderá participar na próxima reunião do CSMP. O Conselheiro Dilmar Lopes Camerino comunicou que deu entrada em um ofício endereçado ao Procurador-Geral de Justiça, renunciando ao cargo de Conselheiro do CSMP, e que, com isso, não será candidato na próxima eleição para composição do Colegiado, devido ao excesso de trabalhos judiciais, porém, agradece desde já todo o apoio, companheirismo, ensinamentos e consideração de todos os Conselheiros durante esse ano. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Delfino Costa Neto, Promotor de Justiça e Secretário do CSMP, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Conselheiro – MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE – Presidente (Procurador-Geral Administrativo Institucional)

Conselheiro LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

Conselheiros – LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

Conselheiro VALTER JOSE DE OMENA ACIOLY

Conselheiro ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

Conselheiro DILMAR LOPES CAMERINO

Delfino Costa Neto
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO CALVO

RELATÓRIO FINAL E PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Referência: INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º - 03/15

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MOTORISTAS SEM HABILITACÃO PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU Investigado: PAULO ROBERTO PALMEIRA DE JESUS EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO E ORMINDO DE MENDONÇA UCHOA, EX -PREFEITO DE PORTO CALVO.

Trata-se de Inquérito Civil instaurado em razão de ofício encaminhado pela Procuradoria Geral de Justiça, a qual atendeu solicitação da 213 Promotoria de Justiça

Cível da Capital que em procedimento investigativo sobre irregularidades no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU/AL, departamento da estrutura da Secretaria de Saúde do Estado de Alagoas - SESAU, constatou que em algumas bases descentralizadas do SAMU no interior do Estado, os motoristas teriam sido contratados sem a habilitação exigida pela legislação de trânsito.

O Procedimento em tela teve seu desenvolvimento com as requisições de informações à secretaria municipal de saúde, bem como, foi requisitada uma auditoria ao DENASUS - Departamento Nacional de Auditoria do SUS, sendo as informações advindas desses dois órgãos as constantes do presente Inquérito Civil Público.

De acordo com a documentação apresentada pelo município, verifica-se que os motoristas e toda equipe que trabalha no SAMU de Porto Calvo, são motoristas habilitados, inclusive com cursos de direção e de socorristas. O mesmo se diga em relação aos demais membros da equipe que faz parte do SAMU/Porto Calvo.

Diante dessa simples constatação evidencia-se que as investigações promovidas pela 213 Promotoria de Justiça Cível da Capital não afetam o município de Porto Calvo, pois que os motoristas do SAMU nesta plaga possuem habilitação e cursos de direção, conforme evidenciado nos autos.

Ocorre que por ter sido requisitada auditoria ao DENASUS uma série de irregularidades foram constatadas o que refoge ao âmbito de investigação deste Inquérito Civil Público que se limitou a investigações sobre a habilitação dos motoristas do SAMU/Porto Calvo.

Não obstante, este Órgão passou a buscar informações sobre as constatações da auditoria do DENASUS, o que é impróprio nos termos do § único do art. 4S da Resolução n.º 23/2007, onde a constatação de novos fatos no decorrer do ICP enseja a extração de peças para instauração de outro Inquérito Civil.

Os documentos oriundos da auditoria do DENASUS por envolver maior complexidade e atribuir faltas tanto ao Estado como ao município implicam na necessidade de instauração de novo Inquérito Civil Público, uma vez que não só o âmbito do presente ICP ficou delimitado a verificação das habilitações dos condutores de ambulâncias do SAMU, como também da necessidade de se averiguar o que foi feito no âmbito da 213 Promotoria de Justiça Cível da Capital que também tratou de semelhante assunto, podendo ter abrangido as constatações da auditoria do DENASUS, correndo-se o risco de se investigar o fato duas vezes por órgãos distintos.

Assim sendo, resta contraproducente a continuidade das investigações acerca das constatações da auditoria do DENASUS, não só por ser mais abrangente e envolvendo aspectos relacionados a obrigações do Estado de Alagoas, como também, por, possivelmente já ser objeto de investigações pela 213 Promotoria de Justiça Cível da Capital.

Dessa forma, determino a extração de peças do presente Inquérito, especialmente o relatório de auditoria do DENASUS a fim de proceder com a abertura de procedimento preparatório para tomar conhecimento das questões ali relacionadas, bem como, saber se já não foram objeto de investigação por parte da referida Promotoria de Justiça.

Por último, uma vez constatado que os motoristas do SAMU/Porto Calvo, conforme farta documentação nos autos, são devidamente habilitados, como também participaram de cursos de direção entre outros, forçoso reconhecer que não houve infrações no aspecto relacionado à constatação da 21ª PJ Cível da Capital, no tocante à falta de habilitação dos condutores do SAMU, pelo que deve o presente ICP ser arquivado.

Isto posto, é de se arquivar o presente Inquérito Civil Público, por restar constatado que os motoristas do SAMU/Porto Calvo são devidamente habilitados.

Assim, não havendo, por hora, interesse processual para propositura de ação civil pública de obrigação de não fazer ou não fazer, bem como, não havendo elementos sérios que autorizem ação de improbidade administrativa, nem necessidade de ajustamento de conduta, considerando que o fato apontado não restou comprovado no âmbito deste município, estando resolvido o objeto do presente ICP, ARQUIVO os presentes autos de Inquérito Civil Público, nos termos do art. 9º c/c o art. 5º § 6º da Lei

n.º 7.347/85 e art. 10 e parágrafos da Resolução n.º 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público submetendo desde já, no tríduo legal, após as intimações necessárias, ao controle do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na conformidade do § 1º do art. 9º da referida lei e art. 10 da Resolução n.º 23 do CNMP, a fim de homologar ou não a presente decisão.
Porto Calvo, 14 de novembro de 2017.

ADRIANO JORGE CORREA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Rua Pedro Jorge Melo e Silva, n° 79, 2º andar, Poço, Maceió-AL, CEP: 57025-400.
Fone: (82) 2122-3530

Processo SAJ/MP nº09.2017.00000964-6
PROCESSO ADMINISTRATIVO – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC - ATIVIDADE NÃO SUJEITA A INQUÉRITO CIVIL.
Interessado: BRASIL CAPS INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA.

PORTARIA Nº0006/2017/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, por conduto de solicitação de expedição de certidão acerca da existência ou não de feitos perante esta Promotoria de Justiça, e

CONSIDERANDO a edição da Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo,

RESOLVE, com fulcro no art. 8º, IV, da Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 – comunicação da instauração do presente procedimento administrativo, através do SAJ/MP, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público - CSMP;

2 – juntada aos autos dos documentos encaminhados;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicização da presente portaria, na forma do art. 9º da Resolução CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017.

Cumpra-se.

Maceió, 06 de novembro de 2017.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Rua Pedro Jorge Melo e Silva, n° 79, 2º andar, Poço, Maceió-AL, CEP: 57025-400.
Fone: (82) 2122-3530

Processo SAJ/MP nº09.2017.00000964-6
PROCESSO ADMINISTRATIVO – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC - ATIVIDADE NÃO SUJEITA A INQUÉRITO CIVIL.
Interessado: BRASIL CAPS INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA.

PORTARIA Nº0006/2017/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, por conduto de solicitação de expedição de certidão acerca da existência ou não de feitos perante esta Promotoria de Justiça, e

CONSIDERANDO a edição da Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo,

RESOLVE, com fulcro no art. 8º, IV, da Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017, instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

1 – comunicação da instauração do presente procedimento administrativo, através do SAJ/MP, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público - CSMP;

2 – juntada aos autos dos documentos encaminhados;

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicização da presente portaria, na forma do art. 9º da Resolução CNMP nº 174, de 4 de julho de 2017.

Cumpra-se.

Maceió, 06 de novembro de 2017.

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça